



2ª Câmara

Instituto de Previdência do Município de João Pessoa – IPMJP. Aposentadoria com Proventos Integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos, julgam-se legal o ato concessivo e correto o cálculo de proventos elaborado pela origem.

ACÓRDÃO AC2-TC- 01411/2023

1. PROCESSO TC Nº: 04820/22

2. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA

2.1. – APOSENTANDO(A):

2.1.1.- NOME: MARIA DAS NEVES DE FRANCA ALCANTARA

2.1.2.- QUALIFICAÇÃO: Professora de Educação Básica II, classificação funcional 1.11.02.1.5 matrícula nº 03.194-1 lotada na secretaria Educação Cultura e Esporte.

2.2. – DATA DO ATO APOSENTATÓRIO: 20/07/2007

2.3. – DATA DA PUBLICAÇÃO: 15 a 25 de 07/2007

2.4. – AUTORIDADE EMITENTE: Superintendente do IPMJP

3.RELATÓRIO DA AUDITORIA: Pelo registro do ato concessivo, expedido por autoridade competente em favor de servidor legalmente apto ao benefício, entendendo corretos os dados de tempo de serviço e o cálculo de proventos feito pela origem.

4.PRONUNCIAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: oral, proferido na sessão.



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba



Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, na sessão realizada nesta data, ACORDAM, à unanimidade de votos, conceder registro ao ato aposentatório da servidora, **MARIA DAS NEVES FRANCA ALCANTARA** matrícula **Nº 03.194-1** tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos de proventos feitos pela origem.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.

TCE-Sessão Remota da 2ª Câmara.

João Pessoa, 06 de junho de 2023

mgd

Assinado 28 de Junho de 2023 às 17:38



Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE

Assinado 28 de Junho de 2023 às 14:17



Cons. Arnóbio Alves Viana
RELATOR

Assinado 28 de Junho de 2023 às 14:28



Sheyla Barreto Braga de Queiroz
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO